

Trabalhadores da Equatorial Celpa sofrem pressão extra

Denúncias apontam a prática de assédio moral

O Sindicato vem recebendo graves denúncias de assédio moral no trabalho em toda a Equatorial Celpa.

A mais recente denúncia dá conta de que eletricitistas que atuam na inspeção e fiscalização de instalações e equipamentos elétricos vêm sofrendo pressão do corpo gerencial da empresa para que exerçam a fiscalização da atuação dos terceirizados, função que deve ser exercida pela Área de Segurança da Equatorial Celpa.

Se a empresa desestruturou sua Área de Segurança do Trabalho e não tem condições de efetivar a devida fiscalização, deve admitir engenheiros e técnicos de segurança do Trabalho para que cumpra o que manda a legislação.

Oportuno dizer que assédio moral é crime (Lei 4742/2019) e prevê detenção de um a dois anos e multa para quem ofender reiteradamente a dignidade de empregado, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental.

Terceirização sem fiscalização

Lamentavelmente, a Equatorial Celpa deixa de fiscalizar a atuação de suas empreiteiras. Já denunciaremos a caótica situação em várias terceirizadas. E parece que as degradantes práticas empresariais existem em grande parte dessas contratadas.

Desta vez, as denúncias recaem sobre a prestadora de serviço chamada CGB Engenharia, onde as gerências têm autorização para deixar de pagar o ticket-alimentação

de trabalhadores/as que necessitam se ausentar do serviço, seja por doença, consulta médica e demais tratamentos de saúde, uma prática que não está prevista em nenhuma legislação e prejudica os que precisam se ausentar por força maior.

Na CGB Engenharia, conforme denunciado ao Sindicato, as demissões correm soltas, sem motivos ou justificativas. Além de tudo, a prática de assédio moral também é comum. Um tratamento desumano.



Auxílio-babá

Em relação ao direito “Auxílio-Creche - babá”, previsto na Cláusula 17 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), em reunião entre o Sindicato e a Área de Relações Trabalhistas da Equatorial Celpa, demandamos a empresa a manutenção da sistemática que vinha sendo praticada, para que, no prazo de 90 dias, as partes encontrem alternativa para viabilizar e garantir essa conquista da categoria, essencial às mães e pais de família.

A empresa, via sua Área de Relações Trabalhistas, ficou de dar resposta. Tão logo tenhamos esse retorno, divulgaremos à categoria.

Privatização da ÁGUA da Cosanpa

Na sexta-feira, 11, o governo Helder privatizou a água da Cosanpa, repassando à empresa Aegea Saneamento a maioria do serviço de distribuição/comercialização da água e esgoto no Pará. Sabemos que a tarifa de água e esgoto vai ser majorada em breve e que não há garantia de melhoria no serviço.

Ação - O Sindicato, via Federação Nacional dos Urbanitários, é parte da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7800, ajuizada pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento junto ao Supremo Tribunal Federal, contra a privatização da Cosanpa.

A relatora, ministra Carmem Lúcia, no dia 10/04, deu prazo de cinco dias para que o governador do Pará, Helder Barbalho, e o presidente da Assembleia Legislativa, Chicão, prestem informações.

Só conquista quem luta, fortaleça seu Sindicato. Filie-se!

